

Terras

Juiz nega prisão de Tuma. Mas só hoje o presidente Sarney deverá resolver para onde afinal irão os garimpeiros.

Acordo com garimpeiros não vale, diz Funai.

Ao mesmo tempo que em Brasília foi negada a prisão do delegado Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal, por sua atuação no caso das áreas dos índios ianomamis, em Roraima voltava a se complicar a situação dos garimpeiros. O coordenador da Funai, Nilson Campos Moreira, afirmou em Boa Vista que não vale mais o acordo entre as autoridades e os garimpeiros, por não ter sido esse acordo transformado em decreto que possibilitasse a remoção dos garimpeiros para outras regiões de Roraima. "Não posso fazer prevalecer um documento menor", disse Moreira, alegando que, à falta de um novo decreto, o acordo não tem validade legal e volta a ter efeito a decisão anterior, de afastar os garimpeiros tanto das áreas que ocupam agora como das áreas para onde o acordo previa que eles fossem enviados.

O pedido de prisão em flagrante do delegado Romeu Tuma foi negado ontem pelo juiz-substituto da Sétima Vara da Justiça Federal de Brasília, João Batista Coelho Aguiar. A prisão de Tuma havia sido pedido na semana passada pelo procurador da Repúbli-

ca Eugênio Aragão, para o qual a prisão era necessária caso ficasse confirmado que Tuma não estava retirando os garimpeiros de uma área de 9,4 milhões de hectares, como determinou uma liminar da Justiça Federal em 20 de outubro. Em seu despacho, o juiz Coelho Aguiar considerou que o diretor da Polícia Federal está cumprindo a liminar.

A retirada

No entanto, o juiz exigiu que Tuma e o responsável pela Funai enviem à Justiça, dentro de no máximo 20 dias, relatórios completos sobre a operação de retirada, prestando contas sobre o cumprimento da liminar. Segunda-feira, Tuma havia se encontrado com o procurador Aragão e ambos decidiram manter contatos frequentes até o final da operação de retirada dos garimpeiros das terras dos ianomamis. Tuma confirmou que o governo federal não pretende mais reassentar os garimpeiros na floresta nacional de Roraima — o que confirma a declaração do coordenador da Funai em Brasília, Campos Moreira, de que não vale mais o acordo com os garimpeiros sobre o seu reassentamento em áreas de flo-



Ianomamis da aldeia de Dauí, longe dos garimpos.

restas nacionais, igualmente importantes para os índios. Segundo Tuma, os garimpeiros estão sendo enviados para Uraricaá-Santa Rosa, área de 100 mil hectares fora da floresta nacional.

Entretanto, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, exigiu que o grupo técnico formado sobre o assunto, com pessoal do seu Ministério, do Ibama, Funai e Departamento Nacional da Produção Mineral, lhe apresente três minutas de decreto que autorizem a ocupação pelos garimpeiros das áreas de Catrimani e Santa Isabel — que ficam dentro da floresta nacional e portanto estão interditas pela Justiça Federal para os garimpeiros — e de Santa Rosa, que realmente fica fora da floresta nacional. A decisão final, entretanto, caberá ao presidente José Sarney, que deverá receber hoje do ministro Saulo Ramos os textos dos três decretos. Só com a decisão de Sarney é que ficará clara a posição do governo federal sobre se os garimpeiros serão ou não encaminhados a áreas interditas pela Justiça Federal.

Pista bloqueada

De todo modo, a Polícia Fe-

deral bloqueou ontem a pista de pouso do Jockey Club, a cinco quilômetros do aeroporto de Boa Vista. Um total de 40 agentes colocaram cavaletes para impedir os pousos, enquanto as autoridades deram prazo de 72 horas para as 40 aeronaves estacionadas na pista decolarem definitivamente. No entanto, 20 dessas aeronaves estão quebradas e deverão ser rebocadas.

A partir de hoje, a Polícia Federal deve ocupar a pista do Pápiú, a 500 quilômetros de Boa Vista, que servirá de base para a retirada dos milhares de garimpeiros que estão nas áreas dos ianomamis. Deverão agir na ocupação dessa pista 200 agentes policiais, fortemente armados e munidos de barracas, redes e todo material de campanha na selva. Esses agentes vão acompanhar a desocupação dos garimpos Baiano Formiga, Caveira I e Caveira II, apesar de tudo na exata ordem aprovada pelo acordo que, segundo o coordenador da Funai, não vale mais. A Aeronáutica vai colaborar com dois aviões Caravan e dois helicópteros.